

Procedimento concursal destinado a titulares de licenciatura em Arquitetura Paisagista, para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Técnico Superior, para exercício de funções na Divisão de Gestão de Estrutura Verde (DGEV), na Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos (DOEE) e na Divisão de Infraestruturas e Especialidades (DIES)

ATA N.º 3

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas 10h00, reuniu, por meios telemáticos, o Júri do procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Técnico Superior, para exercício de funções na Divisão de Gestão de Estrutura Verde (DGEV), na Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos (DOEE) e na Divisão de Infraestruturas e Especialidades (DIES), aberto por deliberação da Câmara Municipal de Cascais de 26 de fevereiro de 2021, que recaiu sobre a proposta n.º 145/2021 e publicado no Diário da República sob o Aviso n.º 20148/2021, 2ª série, N.º 207 e na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta n.º OE202110/0593, ambos de 25 de outubro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Presidente: Ana Margarida Barros, Diretora do Departamento de Licenciamento Urbanístico.

Vogais:

2.º Vogal Efetivo: Vera Calha, Técnica Superior do Departamento de Recursos Humanos;

1.º Vogal Suplente: Paulo Nunes, Chefe da Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos.

1. A reunião do Júri teve por objeto a seguinte ordem de trabalhos:

1.1. Apreciação das alegações apresentadas pela candidata Maria Leonor Osório de Aragão Gomes Ferreira Moser Belo em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do preceituado no artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo;

1.2 Elaboração das listas definitivas dos candidatos admitidos e excluídos ao presente procedimento concursal;

1.3 Determinação do primeiro método de seleção obrigatório a aplicar, em concreto, a cada um dos candidatos admitidos no âmbito do presente concursal.

2. A candidata Maria Leonor Osório de Aragão Gomes Ferreira Moser Belo veio proceder à junção de certidão de conclusão da respetiva licenciatura em Arquitetura Paisagista emitida pelo Instituto Superior de Agronomia, instituição onde a mesma se licenciou e prosseguiu os seus estudos académicos tendo posteriormente concluído o mestrado também nessa mesma área de formação académica. Ora, mostrando-se certificado o preenchimento do requisito habilitacional (licenciatura em Arquitetura Paisagista) vertido no n.º 3 do aviso de abertura n.º 20148/2021, publicado na 2ª série do Diário da República, N.º 207 e no ponto 6.2 do aviso publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta n.º OE202110/0593, ambos de 25 de outubro, o Júri deliberou unanimemente a admissão da aludida candidata neste procedimento concursal.

3. Nessa sequência, procedeu-se à elaboração das listas definitivas dos candidatos excluídos e admitidos no presente procedimento concursal, plasmadas respetivamente nos Anexos I e II, os

quais, para os devidos efeitos, fazem parte integrante desta ata, e na qual se encontram devidamente discriminados os métodos de seleção a aplicar, nesta primeira fase, a cada um dos candidatos admitidos a concurso.

4. Assim, após a devida análise das candidaturas apresentadas a concurso, o Júri concluiu que se encontra devidamente comprovado que as candidatas Lília Maria Jorge Diniz, Maria Elisabete da Silva Santos e Susana Isabel da Silva David, todas titulares de relação jurídica de emprego público, encontram-se a cumprir ou a executar a atribuição, competências ou atividades caracterizadoras do posto de trabalho concursado, pelo que, em virtude de reunirem os requisitos para submissão a este método de avaliação e de não o terem expressamente afastado, ser-lhes-á aplicado o método de seleção "Avaliação Curricular", nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 36.º, n.º 2, alínea a) e do n.º 3 da L.G.T.F.P. (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual) e da alínea c) do n.º 1 do art.º 5.º da Portaria 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação vigente e doravante designada por "Portaria".

5. Seguidamente, o Júri deliberou a submissão dos demais candidatos admitidos ao método de seleção "Prova de Conhecimentos", cfr. preceituado na alínea a) do n.º 1 do art. 36.º da L.G.T.F.P. e da alínea a) do n.º 1 do art.º 5.º da Portaria, os quais serão, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 10.º da Portaria, oportunamente notificados para a realização da Prova Escrita de Conhecimentos, que terá a duração de uma hora e trinta minutos (única fase), com 15 (quinze) minutos de tolerância, em dia e hora a definir em momento subsequente e cuja convocatória será também publicada no sítio do Município de Cascais na internet em www.cascais.pt/sub-area/recursos-humanos.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, pelas 11h30m, da qual foi elaborada a presente ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes.

O Júri

Assinado por : ANA MARGARIDA DE OLIVEIRA
MARTINS PITA BARROS
Num. de Identificação: 08126179

Presidente



2.º Vogal Efetivo

PAULO	Digitally signed
MANUEL	by PAULO
GOMES	MANUEL
NUNES	GOMES NUNES
	Date: 2021.12.17
	09:39:48 Z

1.º Vogal Suplente